

Evolução Dos Grupos Antibombas No Brasil E No Amazonas: Uma Análise Histórica Do Enfrentamento Ao Uso De Explosivos Por Facções Criminosas E Grupos De Perfil Narcoterrorista

Luany Cristine Souza Egas Soares, Leandro Santos Gomes,
Bruno Lucas Ferreira, Edilson Alencar Martins Da Silva Neto,
Paulo Victor Andrade Sales

(Bacharelado Em Segurança Pública E Cidadania, Universidade Do Estado Do Amazonas)

(Bacharelado Em Segurança Pública E Cidadania, Universidade Do Estado Do Amazonas)

(Bacharelado Em Segurança Pública E Cidadania, Universidade Do Estado Do Amazonas)

(Bacharelado Em Segurança Pública E Cidadania, Universidade Do Estado Do Amazonas)

(Mestrando Em Segurança Pública E Cidadania Universidade Do Estado Do Amazonas)

Resumo:

Contexto: O presente estudo analisa a evolução das unidades de desativação de artefatos explosivos no Brasil como uma resposta institucional às transformações nos padrões operacionais do crime organizado. A pesquisa investiga a transição do emprego de explosivos, historicamente associado a motivações político-ideológicas, para seu uso atual como ferramenta de poder por facções criminosas e no fenômeno do "novo cangaço". O objetivo central é compreender como a especialização policial, em termos organizacionais e doutrinários, adaptou-se a essas novas ameaças de perfil narcoterrorista. Adotou-se uma abordagem metodológica qualitativa, de caráter descritivo e analítico, fundamentada em revisão bibliográfica e documental. A análise dedica ênfase particular ao "Grupamento de Manuseio de Artefatos Explosivos" da Polícia Militar do Amazonas, examinando como as singularidades regionais — notadamente a dinâmica fronteiriça e o crime transnacional amazônico — moldaram sua estruturação. Os resultados demonstram que a profissionalização dessas unidades transcendeu a mera aquisição de equipamentos, configurando-se como uma estratégia essencial de gestão de riscos. Conclui-se que o fortalecimento da capacidade técnica, a integração com a inteligência policial e a autonomia operacional observada no caso do Amazonas são pilares indispensáveis para a eficácia da segurança pública frente à sofisticação da criminalidade contemporânea.

Materiais e Métodos: Este estudo adota um delineamento de pesquisa qualitativa, com abordagem bibliográfica e documental, caracterizado por uma perspectiva descritiva e analítica. Foram realizadas buscas sistemáticas em bases de dados científicas e repositórios acadêmicos, incluindo SciELO, Google Acadêmico e o Portal de Periódicos da CAPES, utilizando palavras-chave previamente definidas relacionadas ao crime organizado, explosivos e segurança pública. Foram incluídos artigos científicos, dissertações e teses alinhadas aos objetivos do estudo. A análise documental abrangeu manuais, diretrizes operacionais, documentos doutrinários e legislações pertinentes às organizações das Polícias Militares. Registros públicos e reportagens jornalísticas também foram examinados para contextualizar o uso de explosivos. Os dados foram analisados de forma qualitativa e interpretativa, visando identificar padrões e transformações. Foi dada ênfase especial à evolução do Grupamento de Manuseio de Artefatos Explosivos da Polícia Militar do Amazonas.

Resultados: A revisão das fontes bibliográficas e documentais identificou uma relação direta entre o aumento do uso de explosivos pelo crime organizado e a especialização das unidades de desativação de explosivos no Brasil. Ao longo do tempo, essas unidades evoluíram de estruturas reativas e limitadas para organizações profissionalizadas, com protocolos padronizados, treinamento especializado e recursos tecnológicos. O caso do Grupamento ilustra como fatores regionais da Amazônia, como a dinâmica de fronteiras e o crime transnacional, influenciaram o desenvolvimento institucional. Os achados também indicam maior integração entre as unidades de desativação de explosivos, os setores de inteligência e os órgãos federais, fortalecendo as respostas preventivas e operacionais.

Conclusão: A evolução das unidades de desativação de explosivos no Brasil representa uma resposta estatal à intensificação do uso de explosivos pelo crime organizado. A especialização policial mostrou-se essencial para o gerenciamento de ameaças de alto risco e para a salvaguarda da segurança pública. Na região amazônica, o

Grupamento evidencia a importância da capacitação técnica, da doutrina especializada e da cooperação interagências.

Palavras-chave: Esquadrão antibombas; Artefatos explosivos; Crime organizado; Narcoterrorismo; Segurança pública

Date of Submission: 21-01-2026

Date of Acceptance: 31-01-2026

I. Introdução

O uso de explosivos como instrumento da atividade criminosa no Brasil passou por transformações significativas ao longo das últimas décadas. Durante as décadas de 1970 e 1980, tais práticas estiveram predominantemente associadas a grupos político-ideológicos e extremistas que atuavam sob o regime militar. De acordo com Pontes e França (2023), a partir da década de 1990, contudo, observa-se uma mudança nesse cenário, à medida que o crime organizado passou a incorporar progressivamente técnicas e armamentos mais sofisticados, empregando-os como instrumentos de intimidação territorial, controle de rotas ilícitas e confronto direto com as ações do Estado.

Essa transformação integra um processo mais amplo de reorganização da criminalidade no país, marcado pela expansão dos mercados ilegais e pela intensificação da violência associada às suas dinâmicas internas. A consolidação desses mercados ilícitos está diretamente relacionada ao aumento da letalidade e ao uso estratégico da força como mecanismo de controle territorial (Cerqueira, 2014). Tal compreensão dialoga com abordagens clássicas da economia do crime, nas quais o comportamento criminoso é interpretado como resultado de escolhas racionais condicionadas por incentivos, custos e oportunidades presentes nos contextos social e institucional (Becker, 1968). Nesse sentido, conforme apontam Disney et al. (2010), a violência deixa de se restringir a conflitos interpessoais e passa a assumir caráter sistêmico, vinculando-se às disputas por mercados, rotas e territórios. A literatura aponta que a violência associada às drogas decorre, sobretudo, de fatores estruturais relacionados à proibição e à rivalidade entre grupos criminosos, perspectiva observada tanto em estudos internacionais quanto no contexto brasileiro (Cerqueira, 2014).

Sob essa lógica, o emprego de armamentos e técnicas cada vez mais complexas pode ser compreendido como parte de uma estratégia deliberada adotada pelo crime organizado, na qual a violência cumpre funções de coerção, dissuasão e manutenção do controle. Em contextos nos quais não há proteção legal nem contratos executáveis, a força tende a se tornar um elemento estruturante das relações econômicas ilícitas (Schelling, 1971). Paralelamente à intensificação dessas práticas, as Polícias Militares brasileiras foram compelidas a desenvolver respostas institucionais progressivamente mais especializadas. A ampla disponibilidade de armamentos, a expansão dos mercados ilegais e a crescente complexidade da violência urbana impuseram ao Estado a necessidade de estruturar unidades técnicas voltadas à neutralização de ameaças específicas, incluindo o manejo de artefatos explosivos, como parte do enfrentamento ao crime organizado (Cerqueira, 2014).

Diante desse panorama, a questão de pesquisa que orienta esta revisão é: Como o uso de explosivos por organizações criminosas influenciaram a evolução dos grupamentos antibombas?

Neste contexto, o presente estudo analisa a trajetória das unidades antibombas no Brasil, com ênfase na consolidação do Grupamento de Manejo de Artefatos Explosivos da Polícia Militar do Amazonas. A análise considera não apenas o processo nacional de profissionalização dessas unidades bem como o contexto amazonense, marcado pela criação do Grupamento em 2009 e por seu desenvolvimento doutrinário e operacional ao longo dos anos (Amazonas, 2024). Com esse propósito, objetiva-se analisar a evolução organizacional e doutrinária das unidades de manejo de artefatos explosivos das Polícias Militares brasileiras, compreendendo-as como respostas institucionais ao uso de explosivos por facções criminosas e grupos que praticam assaltos a instituições financeiras em contextos caracterizados por perfil narco-terrorista.

Para atingir o objetivo supramencionado, a pesquisa visa alcançar três objetivos específicos que estruturam a análise do fenômeno. Primeiramente, busca-se examinar o processo de consolidação das unidades antibombas brasileiras, destacando os marcos normativos, doutrinários e estruturais que caracterizaram sua profissionalização, o que inclui a análise das legislações, manuais operacionais e políticas que orientaram o desenvolvimento dessas estruturas. Por conseguinte, busca-se identificar a relação entre a intensificação do uso de explosivos pelo crime organizado, particularmente através do fenômeno do "novo cangaço", e a especialização progressiva das respostas das Polícias Militares, estabelecendo nexos causais entre demandas criminosas e respostas policiais. Ademais, almeja-se analisar especificamente a evolução operacional do Grupamento de Manejo de Artefatos Explosivos da Polícia Militar do Amazonas desde sua criação em 2009, considerando sua inserção no contexto amazonense marcado por dinâmicas fronteiriças e presença de organizações criminosas transnacionais, o que demanda compreensão das especificidades regionais que moldaram sua consolidação.

Dessa maneira, o presente estudo contribui para a compreensão de como o Estado, particularmente através de suas instituições de segurança pública, responde institucionalmente à intensificação e sofisticação de

ameaças criminosas, utilizando a especialização técnica e organizacional como estratégia fundamental de proteção social.

II. Materiais E Métodos

A presente investigação adota uma abordagem qualitativa, estruturada sob a forma de pesquisa bibliográfica e documental, com delineamento descritivo e analítico. Consoante preconiza Minayo (2014), referenciada metodologia mostra-se a mais adequada para a compreensão de fenômenos sociais complexos e para a reconstituição de processos históricos e institucionais no âmbito da segurança pública.

O levantamento bibliográfico pautou-se em buscas sistemáticas realizadas em bases de dados científicas e repositórios acadêmicos de referência, como SciELO, Google Acadêmico, Portal de Periódicos da CAPES, dentre outros correlatos. utilizou-se ainda a plataforma denominada “*Connected Papers*” para pesquisa de outros matérias científicos e periódicos afins. O critério de inclusão priorizou artigos científicos, dissertações e teses que demonstrassem estrita aderência temática ao objeto de estudo.

Concomitantemente, a pesquisa documental concentrou-se na análise bibliográfica e de fontes primárias institucionais das Polícias Militares, tais como: Diretriz da PMPR acerca do Emprego dos Comandos e Operações Especiais da Companhia de Polícia de Choque e Normas Gerais de Ação do Grupamento MARTE da Polícia Militar do Amazonas de 2016. Abrangeu-se de documentos de padronização doutrinária relativos ao manejo de artefatos explosivos, tais como: Revista Brasileira de Operações Antibombas ano de 2013, a revista do técnico explosivista policial do ano de 2014. revistas publicadas pelas instituições castrenses nacionais, tal como: Doutrina para operações antibombas do ano 2000, bem como o arcabouço legislativo pertinente ao controle de explosivos e ao combate ao crime organizado e a criação e evolução dos Grupamentos Antibombas, mormente no estado do Amazonas, mas tangenciando as demais unidades em todo o território nacional. De forma complementar, foram examinados registros públicos e reportagens jornalísticas sobre operações policiais de alta complexidade, visando contextualizar a evolução do uso de explosivos e dimensionar suas repercussões na segurança pública nacional e regional.

O tratamento dos dados foi conduzido mediante análise qualitativa e interpretativa. O procedimento analítico buscou identificar padrões, continuidades e rupturas tanto no *modus operandi* das organizações criminosas quanto nas respostas institucionais estatais ao longo do tempo. Nesse contexto, a análise conferiu ênfase especial ao estudo de caso do Grupamento de Manejo de Artefatos Explosivos da Polícia Militar do Amazonas, examinando sua trajetória como reflexo das demandas operacionais contemporâneas.

III. Referencial Teórico

A. Conceitos Fundamentais: Crime Organizado, Narco-Terrorismo e Artefatos Explosivos

O crime organizado no Brasil caracteriza-se por estruturas hierárquicas, planejamento operacional sofisticado, disputas territoriais violentas e pela crescente apropriação de armamentos pesados e explosivos. Facções criminosas distintas, como o PCC (originado em São Paulo) e o CV (originado no Rio de Janeiro), expandiram-se territorial e operacionalmente ao longo das últimas duas décadas, consolidando rotas de tráfico de drogas em diversos estados e estabelecendo protoformas de “dominação territorial”, marcadas pela intimidação das populações civis por meio de operações criminosas ostensivas (Gonçalves, 2020).

No Brasil, o termo narcoterrorismo pode ser definido como ações sistemáticas de violência, operacionalizadas por organizações criminosas ligadas ao tráfico de entorpecentes, com objetivo de influenciar decisões políticas de Estado, utilizando-se do medo como instrumento de controle social (Pedreira e Almeida, 2020).

Os artefatos explosivos utilizados por esses grupos variam quanto ao grau de sofisticação. Inicialmente, predominavam explosivos industriais, como dinamite e detonadores, frequentemente desviados de forma ilícita. Com o passar do tempo, as organizações criminosas passaram a desenvolver dispositivos explosivos improvisados (DEIs), combinando materiais de uso civil como fertilizantes e produtos químicos com mecanismos de detonação rudimentares (Vasconcelos, 2021). Essa evolução tecnológica das práticas criminosas exigiu, de forma simultânea, um nível crescente de especialização por parte das forças de segurança pública (Pimentel, 2019).

B. Função e Conceito de Unidades Antibombas

Consoante descrito por Leão (2014) as unidades antibombas, denominadas no contexto internacional como Explosive Ordnance Disposal (EOD), executam funções de busca, identificação, remoção e desativação de dispositivos explosivos. Suas operações dividem-se em: preventivas, varreduras em locais com risco de ocorrência (presídios, grandes eventos, edifícios públicos); investigativas, análise de artefatos já detonados para fins periciais; e reativas, resposta imediata a reportes de objetos suspeitos.

No Brasil, a distinção entre operações militares das forças armadas e operações de segurança pública define-se pelo escopo territorial e pela natureza da ameaça. Polícias militares responsabilizam-se pelo manejo de explosivos em contexto urbano e de criminalidade convencional, enquanto o Exército coordena operações em

áreas fronteiriças ou que envolvam ameaças classificadas como de segurança nacional (Lima e Medeiros Filho, 2019).

C. Especialização Policial como Estratégia Institucional de Gestão de Riscos

A especialização policial pode ser compreendida como uma estratégia institucional adotada pelo Estado para enfrentar riscos que extrapolam a capacidade de resposta das estruturas policiais convencionais. Em cenários nos quais a atividade criminosa apresenta elevada complexidade técnica, alto potencial destrutivo e significativo grau de imprevisibilidade, torna-se necessária a criação de unidades com atribuições específicas, a fim de assegurar maior precisão técnica e controle operacional (Leão, 2017).

No campo da segurança pública, esse processo de especialização associa-se à diferenciação funcional das organizações policiais, pela qual determinadas atividades passam a ser concentradas em unidades especializadas. Tal diferenciação vai além da simples divisão de tarefas, envolvendo o desenvolvimento de conhecimentos técnicos específicos, a formalização de doutrinas próprias e o estabelecimento de parâmetros operacionais rigorosos, especialmente em situações nas quais falhas operacionais podem resultar em graves consequências humanas e materiais (Krok, 2008).

A consolidação de unidades especializadas tende a ocorrer de forma gradual, acompanhando as transformações nos ambientes de ameaça e no próprio Estado. Nesse contexto, a padronização de procedimentos, a normatização das condutas operacionais e a sistematização dos processos de formação e treinamento constituem elementos centrais para garantir previsibilidade, segurança jurídica e eficiência nas ações policiais voltadas ao gerenciamento de riscos extremos (Botelho, 2023).

Destarte, Botelho (2023) leciona que a especialização policial deve ser entendida como um processo contínuo de adaptação das forças de segurança, no qual o desenvolvimento técnico e organizacional das forças policiais responde às demandas impostas por formas de criminalidade cada vez mais sofisticadas. Essa perspectiva permite compreender as unidades de gestão de alto risco não como exceções, mas como componentes estruturais de um modelo contemporâneo de segurança pública orientado à prevenção de danos e à proteção da sociedade.

IV. Resultados E Discussão

A. Evolução Histórica das Unidades Antibombas no Brasil

Origens e Consolidação Inicial (décadas de 1970 a 1990)

Segundo o autor Décio José Aguiar Leão, em sua obra *Operações Antibombas: uma introdução à doutrina e organização dos esquadrões de bombas*, o primeiro grupo antibombas estruturado do Brasil foi o da Polícia Civil do Estado da Guanabara (atual Estado do Rio de Janeiro). A criação desta unidade pionera ocorreu como uma resposta direta ao cenário de instabilidade política e aos atos de terrorismo que marcaram as décadas de 1960 e 1970, forçando a polícia fluminense a desenvolver, antes de outros estados, uma capacidade técnica especializada para lidar com artefatos explosivos em ambiente urbano (Leão, 2017).

A evolução dessa atividade no país, conforme descrita na obra, não parou no pioneirismo do Rio de Janeiro. O autor destaca o papel crucial do GATE da Polícia Militar de São Paulo, criado em 1988, na consolidação e difusão da doutrina técnica em nível nacional. Décio Leão enfatiza que, a partir dessas experiências e da necessidade de padronização, houve um esforço para integrar o Brasil às normas internacionais, culminando na fundação da Divisão Brasileira da IABTI (International Association of Bomb Technicians and Investigators), movimento que buscou profissionalizar e unificar os procedimentos de desativação de artefatos em todo o território brasileiro (Leão, 2017).

O surgimento dos primeiros núcleos antibombas em polícias militares estaduais situa-se no início dos anos 1990, período de transição pós-ditadura em que novas formas de criminalidade exigiam capacidades de resposta especializadas, iniciativa que refletiu a necessidade urgente de resposta ao crescimento de explosivos em operações criminosas e de segurança pública (Souza, 1995).

Nesse contexto de demanda reprimida e risco elevado, surgiram os primeiros grupos táticos com células específicas de explosivos, consolidando a doutrina de Operações Especiais Policiais no país. O pioneirismo do Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE) da PMESP, criado em 1988, através da Nota de Instrução N1 30 EM/PM-002/1/88, e do Esquadrão Antibombas da PMPR, em 1992, marcou a transição do empirismo para a técnica científica. Essas unidades passaram a internalizar protocolos internacionais, adaptando doutrinas de forças estrangeiras e normas da ONU à realidade brasileira, estabelecendo assim a estrutura atual onde o técnico explosivista policial atua com autonomia técnica, equipamentos de proteção individual específicos e robótica, garantindo a legalidade e a segurança nas intervenções de alta complexidade (Souza, 1995; Paraná, 1992).

Profissionalização e Padronização Doutrinária (Anos 2000)

A partir dos anos 2000, as polícias militares brasileiras iniciaram processos de padronização doutrinária e procedural no manejo de artefatos explosivos. Registra-se a produção de manuais técnicos, a realização de cursos de formação de operadores, e a adoção de protocolos de segurança em operações (Brasil, 2014).

Nesse período, observou-se também a integração entre polícias militares estaduais e órgãos federais como a Polícia Federal e a Agência Brasileira de Inteligência. A Polícia Federal, que possuía experiência em investigações de terrorismo político residual e em contextos de segurança nacional, começou a estabelecer protocolos de cooperação técnica com grupos antibombas estaduais para situações de maior complexidade, especialmente visando os grandes eventos como o Pan 2007, Copa do Mundo e Olimpíadas.

A evolução tecnológica marcou também este período: adoção de equipamentos de proteção individual (EPIs) mais sofisticados, robôs teleoperados para aproximação segura a artefatos, sistemas de raio X portátil para visualização interna de dispositivos, e técnicas de desativação mais seguras. Tais inovações eram frequentemente adaptadas de modelos internacionais, particularmente dos EUA e países europeus (Leão, 2014).

Integração com Inteligência Policial

A partir da década de 2000, especialmente com a intensificação de ataques com explosivos por facções criminosas, polícias militares iniciaram esforços de integração entre unidades antibombas e setores de inteligência. O objetivo era antecipar ameaças, investigar origem de explosivos, rastrear redes de fornecimento, e apoiar operações preventivas (Brasil, 2009).

Este movimento refletiu aprendizado de que não era suficiente reagir a incidentes; era necessário antecipar, prevenir e investigar. Assim, grupos antibombas passaram a participar de análises de padrões criminosos, compartilhando informações sobre tipos de artefatos, locais de maior incidência, e possíveis autores intelectuais ou executores.

B. Evolução do Uso de Explosivos pelo Crime Organizado e Demandas sobre Grupos Antibombas

"Novo Cangaço": Mega-Assaltos a Bancos (Anos 2000-2010s)

O fenômeno denominado "novo cangaço", segundo Feitoza e Alves Jr. (2020), refere-se a operações de crime organizado, caracterizadas por: invasão coordenada de cidades inteiras; assaltos simultâneos a múltiplas instituições financeiras; uso massivo de explosivos para abertura de cofres e caixas eletrônicos; confronto direto com polícia; e fuga planejada com roubo de valores significativos.

Os primeiros registros de "novo cangaço" situam-se no final dos anos 2000, com destaque para operações em municípios do interior de Minas Gerais, São Paulo, Ceará e outros estados. Exemplos notórios incluem: assaltos coordenados em Francisco Sá, Jequitinhonha, Graça (CE), Cocos (BA) e diversos municípios paulistas. Em muitos casos, as quadrilhas utilizavam entre 30 e 50 homens fortemente armados, veículos diversos, e grande quantidade de explosivos (Aquino, 2020).

A estratégia operacional típica consistia em: cercar a cidade com grupos de criminosos em diferentes pontos; atacar a delegacia policial local para impedir reação; explodir agências bancárias, especialmente caixas eletrônicos e cofres; e dispersar-se rapidamente em diferentes direções, frequentemente deixando armadilhas (pontas de aço) nas estradas para impedir perseguição policial.

Conforme destacado por Leão (2017), o emprego de explosivos em crimes é um problema que exige ações específicas, a serem desenhadas por grupos policiais especializados em bombas e explosivos com o uso de equipamentos específicos.

Esse escalamento exigiu das polícias militares aumento significativo de capacidade de resposta. Esquadrões antibombas precisaram ampliar efetivo, equipamentos, e treinamento para responder a múltiplos incidentes simultâneos, neutralizar explosivos de maior complexidade, coordenar-se com inteligência para previsão de ataques e investigar locais de crime para levantamento de evidências periciais.

Facções Criminosas e Controle Territorial

Segundo Manso e Dias (2018), organizações como PCC e CV expandiram presença em múltiplos estados brasileiros, consolidando domínio territorial através de demonstração violenta de força. O uso de explosivos tornou-se, nesses contextos, ferramenta não apenas de enriquecimento nos assaltos a bancos, mas também de intimidação populacional e de conflito com grupos rivais e com polícia.

Referenciados autores relatam, ainda, que os presídios brasileiros tornaram-se bases de planejamento estratégico para facções. Operações de encomendas de explosivos, coordenação de ataques, e estabelecimento de alianças eram frequentemente orquestradas a partir de unidades prisionais. Isso exigiu que grupos antibombas ampliassem suas missões para incluir varreduras regulares em presídios, buscando detectar artefatos suspeitos ou componentes para confecção de bombas.

Demandas Crescentes e Necessidade de Especialização

O cenário descrito impulsionou demanda crescente por maior número de operadores antibombas qualificados, equipamentos mais sofisticados, protocolos de coordenação interestadual, além da integração com agências federais; e investigação aprofundada de artefatos para fins periciais.

Atualmente, os problemas brasileiros de atentados com bombas estão relacionados com atos criminosos e sub-revolucionários, que, apesar de pouco influenciar o contexto da segurança nacional, afetam consideravelmente a segurança pública. Para enfrentar esse problema, há a necessidade de grupos policiais especializados em bombas e explosivos, com pessoal treinado e qualificado, equipamentos específicos e com uma doutrina operacional e de segurança definida (Leão, 2017, p. 6).

Esquadrões antibombas estaduais, que nasceram como pequenos núcleos com dois ou três operadores, evoluíram para equipes maiores com estrutura hierárquica, especialização interna e equipamento de maior sofisticação, a exemplo do Grupamento de Manejo de Artefatos Explosivos da Policia Militar do Amazonas.

C. O Caso Amazonas: Criação e Desenvolvimento do Grupamento

Contexto amazônico e criação do Grupamento

O Estado do Amazonas, situado em zona fronteiriça com países produtores de cocaína (Peru, Colômbia, Bolívia), caracteriza-se como rota estratégica do tráfico internacional de drogas e armamentos. O Estudo do Insper/Amazônia 2030, conduzido por Pereira, Pucci e Soares (2024), mapeou dezesseis rios que formam potenciais rotas de tráfico na região amazônica, estimando que aproximadamente setenta por cento das drogas ilícitas que ingressam pela Amazônia transita pelo município de Tabatinga. A pesquisa atribuiu 1.430 homicídios, ocorridos entre 2005 e 2020, ao deslocamento das rotas de tráfico para vias fluviais após intensificação da interdição aérea.

Nesse contexto, a presença de explosivos e armamento pesado é proporcionalmente maior do que em muitos estados brasileiros. Conforme Feitoza e Alves Junior (2020), a despeito do isolamento rodoviário do estado, o Amazonas possui características regionais muito peculiares, inclusive em termos de vasta região de fronteiras com vários estados e países, o que acaba por dificultar o combate ao tráfico de explosivos e artefatos explosivos provenientes das regiões de fronteiras. Os autores destacam que essa alta incidência de ocorrências está relacionada com o aumento do tráfico de explosivos e artefatos explosivos na região amazônica.

A presença de organizações criminosas transnacionais na região é documentada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2025), cuja quarta edição do relatório Cartografias da Violência na Amazônia identificou 344 municípios da Amazônia Legal sob influência de facções criminosas, correspondendo a 45% do total de municípios da região. O projeto jornalístico *Amazon Underworld* (2025), coordenado pela InfoAmazonia com apoio do *Pulitzer Center*, mapeou a presença de grupos criminosos em 67% dos 987 municípios amazônicos analisados em seis países.

Dados quantitativos confirmam a relevância do fenômeno no Amazonas. Pesquisa de campo realizada por Feitoza e Alves Junior (2020) junto a unidades antibombas de 17 estados brasileiros demonstrou que a média amazonense de ocorrências envolvendo explosivos é superior a todas as demais regiões do país ao longo do período 2013-2017, exceto a região Sudeste. Os autores concluem que "essa realidade aponta para uma importante mudança do paradigma de que, no Amazonas, certas modalidades criminosas não ocorrem" (Feitoza *et al.*, 2020, p. 16-17).

Criação e atuação do Grupamento de Manejo de Artefatos Explosivos da PMAM

Em 4 de setembro de 2009, foi criada o Grupamento de Manejo de Artefatos Explosivos como subunidade do Batalhão de Resposta Rápida, Intervenção e Apoio Operacional (RAIO), por meio da Lei nº 3.434/2009, que acrescentou o item "3.6. Batalhão de Resposta Rápida, Intervenção e Apoio Operacional (RAIO)" à estrutura organizacional da Polícia Militar do Amazonas, subordinando-o ao Comando de Policiamento Especializado. Destaca-se que o instrumento normativo é Lei Ordinária, não Decreto-Lei como por vezes referenciado na literatura (Amazonas, 2009).

Art. 1º Fica criado o Batalhão de Polícia Militar, denominado Batalhão de Resposta Rápida, Intervenção e Apoio Operacional (RAIO), na estrutura organizacional da Polícia Militar do Amazonas, subordinado administrativamente ao Comando de Policiamento Especializado e operacionalmente ao Comandante Geral da PMAM. [...] Art. 5º O Batalhão de Resposta Rápida, Intervenção e Apoio Operacional (RAIO) tem a seguinte estrutura organizacional: [...] VII - Companhia de Manejo de Artefatos Explosivos – MARTE (Amazonas, 2009).

A partir de então, foi iniciado o processo de especialização do efetivo e estruturação da unidade. Conforme as Normas Gerais de Ação do Grupamento Antibombas, foram realizados dois Estágios de Busca e Localização de Artefatos Explosivos, um em 2010 e outro em 2011, iniciando o processo de formação técnica na área de explosivos, nesse período inicial, a companhia dispunha de aproximadamente oito policiais militares, consoante dispõe Feitoza e Alves Junior (2020).

A Portaria nº 096/AJG, de 24 de maio de 2011, determinou a extinção do Batalhão RAIO e a redistribuição de suas subunidades. O Grupamento Antibombas obteve independência operacional e administrativa, passando à subordinação direta do Gabinete do Subcomandante Geral da PMAM. A justificativa oficial para a reestruturação foi a implementação do programa "*Ronda do Bairro*" como parte do plano de revitalização do Sistema de Segurança Pública do Amazonas (Amazonas, 2011).

Nesse período, o Grupamento Antibombas desenvolveu-se, passando a ser uma unidade com autonomia operacional e administrativa, compondo o Comando de Policiamento Especializado na condição de uma de suas Unidades Especializadas (UESPs). O efetivo quase duplicou, foram realizados diversos cursos de especialização, tanto no Brasil como no exterior, com a formação de Técnicos Explosivistas Policiais, Técnicos Especialistas em Desativação de Artefatos Explosivos e Técnicos em Busca e Localização de Artefatos Explosivos (Amazonas, 2024).

Desta forma, consoante descreve Gomes, Sales e Soares (2025), sob a ótica da perspectiva militar, o estudo da História Militar possui um caráter essencialmente utilitário, funciona como uma ferramenta para extrair lições do passado, permitindo a compreensão dos conceitos teóricos militares através de exemplos históricos de sua aplicação, facilita o aprendizado do emprego das forças militares nos níveis estratégico, operacional e tático, além de proporcionar uma compreensão da evolução da doutrina militar, atuando como uma ponte que conecta a teoria militar à sua aplicação prática.

Dados Operacionais e Comparativo Nacional

A pesquisa de Feitoza e Alves Junior (2020) oferece o mais completo levantamento quantitativo disponível sobre ocorrências envolvendo explosivos no Brasil no período 2013-2017. Os dados, coletados junto a 17 unidades antibombas estaduais, revelam que o uso criminoso de explosivos alcançou média anual de aproximadamente mil ocorrências em âmbito nacional, totalizando 4.571 incidentes no período analisado.

Tabela 1 – Ocorrências envolvendo explosivos no Brasil (2013-2017)

Ano	Ocorrências Envolvendo Explosivos
2013	944
2014	1.003
2015	885
2016	903
2017	836
TOTAL ACUMULADO	4.571

Fonte: Feitoza e Alves Junior (2020, p. 16).

Especificamente quanto ao Amazonas, os dados evidenciam particularidades regionais. Diferentemente da média nacional, onde mais de 40% das ocorrências criminais envolvendo explosivos foram explosões de agências bancárias, caixas eletrônicos e carros-fortes, no Amazonas essa modalidade registrou apenas uma ocorrência no período (2017). Os autores atribuem essa diferença às: "dificuldades impostas pela região como poucos municípios interligados por rodovias, transporte intermunicipal predominantemente fluvial e relativo isolamento geográfico dos demais estados, fatores que inviabilizam a fuga efetiva dos criminosos" (Feitoza et al., 2020, p. 23).

Por outro lado, observou-se crescimento preocupante nas ocorrências de *EO (Explosive Ordnance) e UXO (Unexploded Ordnance)* no Amazonas, com variação positiva que aproximou os números do estado à média da região Nordeste em 2017. Os autores interpretam essa tendência como reflexo da "intensificação das operações de combate ao crime organizado e ao tráfico de armas, drogas e explosivos, ações que têm resultado em apreensões de explosivos e artefatos explosivos em posse de criminosos" (Feitoza et al., 2020, p. 18).

Estrutura, Missão e Atribuições do Grupamento Antibombas

O Grupamento Antibombas caracteriza-se como tropa policial especializada cuja missão é atuar de forma preventiva e reativa em ocorrências e atividades envolvendo artefatos explosivos, bombas e explosivos, com eficiência e eficácia, garantindo solução que prioritariamente salve vidas, minimize danos ao patrimônio e, quando possível, preserve vestígios (Feitoza et al., 2020).

O efetivo atual conta com 27 policiais militares, dos quais 7 são técnicos explosivistas ativos. Os equipamentos incluem traje antibombas (Kevlar com placa cerâmica, aproximadamente 45-50kg), equipamentos de Raio-X, robôs com câmeras e garras, canhões disruptores e dispositivos de abertura remota (Amazonas, 2024).

O lema institucional é "*UBI ERIT SACRIFICIUM IUST PLURIBUS!*" (Sempre caberá a poucos o sacrifício pela maioria), e o brado da unidade é "*SEMPRE PRONTO, MARTE!*". Destaca-se que o MARTE é a única unidade independente de manejo de artefatos explosivos entre todas as Polícias Militares do Brasil, conferindo-lhe status singular no cenário nacional da segurança pública (Amazonas, 2024).

Suas principais atribuições englobam: operações de segurança de autoridades em contextos de ameaça por artefatos explosivos; operações de segurança em grandes eventos públicos, incluindo varreduras preventivas antes de festas cívicas, culturais e esportivas; trabalhos preventivos em órgãos públicos e privados, confecção e aplicação de planos de segurança e planos de emergência para ocorrências com bombas; identificação, remoção

e desativação de objetos suspeitos; remoção e destruição de explosivos e munições ilegais ou abandonadas; e apoio a unidades táticas, de operações especiais e de contraterrorismo (Feitoza *et al.*, 2020).

Evolução Doutrinária e Operacional

Desde sua criação em 2009, o Grupamento Antibombas evoluiu significativamente em capacidade operacional. Os primeiros anos, de 2009 a 2012 caracterizaram-se por consolidação de estrutura, formação do efetivo inicial e aquisição de equipamentos básicos. Conforme as Normas Gerais de Ação do Grupamento MARTE (Amazonas, 2016), a tipologia de ocorrências foi padronizada incluindo: vistoria antibombas, busca antibombas, simulacros, artefato explosivo regulamentar (EO), artefato explosivo improvisado (IED), artefato explosivo falhado (UXO), encontro de explosivos e veículos bomba (Feitoza *et al.*, 2020).

A partir de 2012 a 2015, o MARTE intensificou capacitação de operadores de outras unidades da PMAM e de corporações parceiras, disseminando doutrina e procedimentos padronizados. Realizou-se também registro sistemático de ocorrências, desenvolvendo banco de dados sobre tipos de artefatos, locais de incidência e padrões criminosos. A unidade participou das operações de segurança da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 (Amazonas, 2024).

Contemporaneamente, de 2015 a 2025, o MARTE consolidou-se como referência regional em operações amazônicas com explosivos, destaca-se a realização do 1º Curso de Técnico Explosivista Policial em Manaus, promovido pelo Grupamento Marte, que proporcionou o intercâmbio de conhecimentos entre diferentes forças de segurança, sendo um dos pontos centrais da formação, que reuniu 15 policiais oriundos de Santa Catarina, Espírito Santo, Roraima, Pará, Rondônia e Amazonas para um curso intensivo de 730 horas ao longo de três meses (Amazonas, 2021).

Operações Significativas e Contexto de Atuação

Registram-se operações relevantes como varreduras antibombas em presídios do Amazonas (particularmente na Capital, onde facções disputam controle); operações de segurança em grandes eventos (Festival de Parintins, eventos esportivos); neutralização de artefatos suspeitos encontrados em diversos contextos; desativação de explosivos ilegais apreendidos em operações de inteligência (Amazonas, 2024).

Um caso exemplar refere-se à detonação controlada de dispositivos suspeitos descobertos em muralha de presídio do Amazonas, indicando tentativas de facções criminosas de introduzir explosivos ou componentes em unidades prisionais para fins de fuga ou distúrbio (G1 AM, 2024). Tais operações exigem coordenação com inteligência, planejamento tático, e alta especialização técnica.

Avanços e desafios estruturais

Sincronismo entre Escalação Criminal e Profissionalização Militar

Ao analisar trajetória dos grupos antibombas brasileiros, observa-se sincronismo notável entre o aumento da sofisticação e frequência de operações criminosas com explosivos; profissionalização institucional de unidades antibombas; e evolução tecnológica e doutrinária em manejo de artefatos explosivos.

Não é tarefa fácil desenvolver estratégias de investigação que permitam compreender melhor os desafios da segurança pública no Brasil para a mitigação dos riscos à sociedade diante do emprego de artefatos explosivos por pessoas e grupos criminosos (Sales; Januário, 2025).

O aumento criminal provocou transformação de grupos inicialmente pequenos e vinculados a operações especiais para equipes autônomas, especializadas e integradas a sistemas de segurança mais amplos.

Pontos Fortes: Especialização, Tecnologia e Integração

Segundo Manso e Dias (2018) grupo js antibombas brasileiros, consolidaram diversos pontos de força, tais como: especialização técnica, com operadores qualificados internacionalmente e capazes de lidar com artefatos de crescente complexidade; equipamento moderno, adquirido progressivamente e incluindo robôs de manejo remoto, sistemas de detecção avançados, e EPIs de alta performance; padronização doutrinária, através de manuais técnicos, protocolos operacionais e treinamento continuado; cursos regulares e formação de novos operadores, integração com inteligência policial, facilitando prevenção de ataques e investigação aprofundada de incidentes; cooperação interestadual e federal, com compartilhamento de expertise e recursos em operações de maior complexidade.

Dada a relevância estratégica das UEsps Antibombas na Segurança Pública do Brasil, entendemos que a análise da situação dessas UEsps, realizada com base na literatura especializada, em termos de estratégias de gestão de manutenção, oferece subsídios ao poder público para desenvolver políticas e estratégias específicas para a melhoria dessas organizações policiais e do quadro institucional da segurança pública (Sales; Januario, 2025).

Estes elementos, em conjunto, permitiram que polícias militares respondessem à escalada criminal de forma profissional e eficaz, reduzindo risco de vítimas em operações com explosivos.

Desafios e Lacunas: Padronização Nacional, Recursos e Lacunas Legais

A análise de Feitoza e Alves Junior (2020) identificou que mais de 80% das unidades antibombas da federação foram criadas após o ano 2000, evidenciando a recente preocupação do Estado brasileiro com ocorrências envolvendo explosivos. Apesar dos avanços, os autores apontam que a baixa incidência de apreensões preventivas de explosivos "demonstra a necessidade de se potencializar essas atividades de fiscalização e apreensão de explosivos em âmbito nacional" (Feitoza *et al.*, 2020, p. 19).

No Amazonas, os picos de apreensões em 2013 e 2015 foram associados à intensificação das atividades de fiscalização nos anos anteriores aos grandes eventos nacionais (Copa do Mundo e Olimpíadas), desenvolvidas pelo Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados (SFPC) em integração com a Polícia Militar do Amazonas (Feitoza *et al.*, 2020, p. 20).

Os autores concluem que "*o uso de explosivos pelos criminosos é uma realidade brasileira e amazonense. Por isso, faz-se necessário que as Organizações de Segurança Pública se adaptem para fazer frente a essa nova ameaça, sendo indispensável a realização de novas pesquisas e estudos voltados para essa temática*" (Feitoza *et al.*, 2020, p. 25).

V. Conclusão

A presente investigação demonstrou que a trajetória evolutiva das unidades de desativação de artefatos explosivos no Brasil não ocorre de forma isolada, mas estabelece um nexo de causalidade direta com as transformações operacionais do crime organizado. Observou-se que a transição do emprego de explosivos, outrora restrito a motivações político-ideológicas, para um instrumento de poder do narcoterrorismo e de facções voltadas a crimes patrimoniais, impôs ao Estado a necessidade imperativa de modernização. A especialização policial, portanto, consolidou-se não apenas como uma estratégia técnica, mas como uma resposta institucional de sobrevivência e manutenção da ordem pública frente a ameaças de alto potencial destrutivo.

Ao se observar o desenvolvimento do crime organizado e os diversos modos de operação aplicados, torna-se o uso da atividade de manejo de artefatos explosivos, como meio de resposta do poder estatal aos novos modos de operação das organizações criminosas no Brasil.

No que tange à realidade regional, o estudo de caso do Grupamento de Manejo de Artefatos Explosivos da Polícia Militar do Amazonas evidenciou que as dinâmicas geográficas e fronteiriças da Amazônia exigem soluções de segurança pública customizadas. O isolamento logístico e a presença de rotas transnacionais de tráfico moldaram um perfil de ocorrências distinto da média nacional, demandando do Grupamento uma doutrina que integre alta capacidade técnica com a aptidão para operar em ambientes complexos. A autonomia administrativa e operacional alcançada por esta unidade reflete o reconhecimento da importância estratégica do manejo especializado de explosivos na região.

Ademais, a pesquisa ratificou que a eficácia contemporânea no enfrentamento a este fenômeno depende do trinômio: capacitação continuada, investimento tecnológico e integração com a inteligência policial. A evolução de estruturas reativas para modelos preventivos e investigativos demonstra um amadurecimento das instituições policiais, que buscam antecipar-se aos incidentes críticos.

Contribuições Acadêmicas E Institucionais Do Estudo.

Este estudo fornece para a comunidade acadêmica uma roteirização histórica e documental da evolução dos grupos antibombas brasileiros, tema ainda pouco explorado na literatura científica sobre segurança pública. Ao reunir e analisar dados dispersos sobre a estruturação estatal para o manejo de artefatos explosivos, o estudo fornece aos pesquisadores um framework que permite identificar conexões entre contexto sociopolítico, desenvolvimento da e aprimoramento operacional, facilitando futuras investigações sobre operações especializadas de polícia.

Conclui-se, destarte, que a contínua profissionalização das unidades antibombas, exemplificada pela experiência do Grupamento de Manejo de Artefatos Explosivos, constitui-se elemento fundamental para a garantia da segurança social. Diante de um cenário criminal em constante mutação e sofisticação, a manutenção da excelência doutrinária e técnica dessas tropas especializadas reafirma o compromisso do Estado em salvaguardar a vida e mitigar os riscos inerentes à atividade de segurança pública no Brasil contemporâneo.

Referências

- [1]. Amazon Underworld. A Amazônia Sob Ataque: Mapeando O Crime Na Maior Floresta Tropical Do Mundo. [S.L.], 21 Out. 2025. Disponível Em: [Https://Amazonunderworld.Org/Pt-Br/A-Amazônia-Sob-Ataque-Mapeando-O-Crime-Na-Maior-Floresta-Tropical-Do-Mundo/](https://Amazonunderworld.Org/Pt-Br/A-Amazônia-Sob-Ataque-Mapeando-O-Crime-Na-Maior-Floresta-Tropical-Do-Mundo/). Acesso Em: 09 Jan. 2026.
- [2]. Amazonas. Lei Nº 3.434, De 15 De Setembro De 2009. Acrescenta Dispositivos À Lei Delegada Nº 88, De 18 De Maio De 2007. Manaus: Imprensa Oficial, 2009. Disponível Em: [Https://Legisla.Imprensaoficial.Am.Gov.BR/](https://Legisla.Imprensaoficial.Am.Gov.BR/). Acesso Em: 06 Jan. 2026.
- [3]. Amazonas. Polícia Militar. Grupamento Marte. Manaus: Pmam, 2024. Disponível Em: [Https://Pm.Am.Gov.Br/Portal/Pagina/Marte](https://Pm.Am.Gov.Br/Portal/Pagina/Marte). Acesso Em: 02 Jan. 2026.
- [4]. Amazonas. Polícia Militar. Portaria Do Comandante Do Marte Nº 001, De 2 De Maio De 2016. Normas Gerais De Ação Do Grupamento Marte. Boletim Interno Do Grupamento Marte, Manaus, N. 5, 1 Jun. 2016.

- [5]. Amazonas. Secretaria De Comunicação Social. Polícia Militar Do Amazonas Desativa Batalhão Raio. Manaus, 7 Jun. 2011. Disponível Em: <Http://Www.Amazonas.Am.Gov.Br/2011/06/Policia-Militar-Do-Amazonas-Desativa-Batalho-Raio/>. Acesso Em: 19 Dez. 2025.
- [6]. Amazonas. Secretaria De Comunicação Social. Polícia Militar Realiza 1º Curso De Técnico Explosivista Policial. Manaus, 12 Mar. 2021. Disponível Em: <Https://Www.Agenceamazonas.Am.Gov.Br/Noticias/Policia-Militar-Realiza-1curso-De-Tecnico-Explosivista-Policial/>. Acesso Em: 16 Nov. 2025.
- [7]. Amazonas. Secretaria De Segurança Pública. Grupamento Marte: Segurança E Tecnologia No Manuseio De Artefatos Explosivos. Manaus, 16 Set. 2024. Disponível Em: <Https://Www.Ssp.Am.Gov.Br/Grupamento-Marte-Seguranca-E-Tecnologia-No-Manuseio-De-Artefatos-Explosivos/>. Acesso Em: 18 Dez. 2025.
- [8]. Aquino, Jania Perla Diógenes De. Violência E Performance No Chamado 'Novo Cangaço': Cidades Sitiadas, Uso De Explosivos E Ataques A Polícias Em Assaltos Contra Bancos No Brasil. Dilemas: Revista De Estudos De Conflito E Controle Social, V. 13, N. 3, P. 605-628, Set./Dez. 2020. Disponível Em: <Https://Www.Scienlo.Br/J/Dilemas/A/G5fgrghsj8vc7hfwvdjpwqc/>. Acesso Em: 16 Jan. 2026
- [9]. Becker, Gary. Crime And Punishment: An Economic Approach. Journal Of Political Economy, Chicago, V. 76, N. 2, P. 169-217, Mar./Abr. 1968. Disponível Em: <Https://Pt.Scribd.Com/Document/40230421/Becker-Gary-S-1968-Crime-And-Punishment-An-Economic-Approach-Pdf>. Acesso Em: 15 Jan. 2026.
- [10]. Botelho, Givanildo Amorim. Projeto De Intervenção Para Capacitação E Treinamento De Multiplicadores Em Atendimento A Ocorrência De Crise Com Agressor Ativo. 2023. Trabalho De Conclusão De Curso (Especialização Em Gestão De Segurança Pública) – Universidade Federal Do Maranhão, São Luís, 2023. Disponível Em: <Https://Monografias.Ufma.Br/Ispui/Bitstream/123456789/7273/1/Givanildobotelho.Pdf>. Acesso Em: 24 Dez. 2025.
- [11]. Cantanhede, Taliana Cristina Cunha Catanhede Et Al. O Domínio Das Facções Nos Presídios Brasileiros: Desafios E Perspectivas Para A Segurança Pública. Contribuciones A Las Ciencias Sociales, [S.L.], V. 18, N. 2, P. E15145, 2025. Disponível Em: <Https://Doi.Org/10.55905/Revconv.18n.2-013>. Acesso Em: 16 Jan. 2026.
- [12]. Cerqueira, Daniel Ricardo De Castro. Causas E Consequências Do Crime No Brasil. Rio De Janeiro: Bndes, 2014. 196 P. Disponível Em: <Https://Web.Bndes.Gov.Br/Bib/Ispui/Handle/1408/1922>. Acesso Em: 15 Jan. 2026.
- [13]. Disney, Lynn.; Hayward, Ashley; Lavallee, Robin. Illicit Drug Use And Criminal Behavior: A Literature Review. Washington, Dc: Office Of National Drug Control Policy, 2010. Disponível Em: Https://Obamawhitehouse.Archives.Gov/Sites/Default/Files/Ondep/Policy-And-Research/Illicit_Drug_Use_And_Criminal_Behavior_Literature_Review_2010.Pdf. Acesso Em: 15 Jan. 2026.
- [14]. Dyna, Eduardo Armando Medina Dyna. Narco-Estado, Narco-Terrorismo E O Crime Organizado: Pcc, Cv, Tcp E Milícias. Marília: Observatório De Segurança Pública, 7 Nov. 2025. Disponível Em: <Https://Www.Observatoriodesegurança.Org/Direitos-Humanos/Desmistificando-Os-Terminos-Narco-Estado-E-Narco-Terrorismo-Nas-Organizações-Criminosas-Pcc-Cv-Tcp-E-Milícias/>. Acesso Em: 15 Jan. 2026.
- [15]. Feitoza, Tiago Mesquita; Alves Júnior, José. Uma Análise Sobre O Uso Criminoso De Explosivos No Brasil De 2013 A 2017: O Estado Do Amazonas Em Perspectiva. Revista Brasileira De Operações Antibombas, Curitiba, V. 1, N. 1, P. 5-26, Jun. 2020. Disponível Em: <Https://Www.Revistas.Pr.Gov.Br/Index.Php/Rboa/N1-Artigo1>. Acesso Em: 2 Dez. 2025.
- [16]. Fórum Brasileiro De Segurança Pública. Cartografias Da Violência Na Amazônia. 4. Ed. São Paulo: Fbsp, 2025. Disponível Em: Https://Forumsegurança.Org.Br/Publicacoes_Posts/Cartografias-Das-Violências-Na-Região-Amazonica/. Acesso Em: 16 Jan. 2026.
- [17]. G1 Am. Grupo Marte Detona Artefato Explosivo Deixado Em Calçada De Cicom, Em Manaus. Manaus, 3 Abr. 2024. Disponível Em: <Https://G1.Globo.Com/Am/Amazonas/Noticia/2024/04/03/Grupo-Marte-Detona-Artefato-Explosivo-Deixado-Em-Calçada-De-Cicom-Em-Manaus.Ghtml>. Acesso Em: 16 Jan. 2026.
- [18]. Gomes, Leandro Santos, Sales, Samyr Mustafá Lopes, Soares, Luany Cristine Sousa Egas. A Construção Da Formação De Oficiais No Amazonas: História Da Academia De Polícia Militar Cel Neper Da Silveira Alencar.2025. Revista Políticas Públicas & Cidades, 14(5), E2133. Disponível Em: <Https://Doi.Org/10.23900/2359-1552v14n5-772025>.
- [19]. Gonçalves, Antônio Baptista. Pcc E Facções Criminosas. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2020. Disponível Em: <Https://Www.Livrebooks.Com.Br/Livros/Pcc-E-Facções-Criminosas-Antônio-Baptista-Gonçalves-Myb3zqeacaaj/Baixar-Ebook>. Acesso Em: 15 Jan. 2026.
- [20]. Krok, Jan Tadeusz. O Vínculo Constitucional Entre O Exército E As Polícias Militares: Reflexos Na Estrutura Organizacional, Formação E Prática Profissional (1934 – 1988). 2008. Dissertação (Mestrado Em História Social Das Relações Políticas) – Centro De Ciências Humanas E Naturais, Universidade Federal Do Espírito Santo, Vitória, 2008. Disponível Em: <Https://Repositorio.Ufes.Br/Server/Api/Core/Bitstreams/37bff68d-60d0-4d83-966f-D320736d7a20/Content>. Acesso Em: 16 Jan. 2026.
- [21]. Leão, Décio José Aguiar. Doutrina Para Operações Antibombas. 2000. Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu Em Política E Estratégia) – Universidade De São Paulo, São Paulo, 2000.
- [22]. Leão, Décio José Aguiar. A Importância Das Unidades Antibombas. Eab Scientia: A Revista Do Técnico Explosivista Policial, Curitiba, V. 1, P. 10-16, Dez. 2014. Disponível Em: Https://Www.Pmpr.Pr.Gov.Br/Sites/Default/Arquivos_Restritos/Files/Documento/2022-07/2019_-Revista_Eabs_Cientia_A_Revista_Do_Técnico_Explosivista_Policial.Pdf. Acesso Em: 15 Jan. 2026.
- [23]. Lima, Raphael Camargo. O Papel Do Exército Brasileiro No Setor De Segurança: Implicações Para A Defesa E O Emprego Das Forças Armadas. Brasília: Ipea, 2019. P. 95-132. Disponível Em: Https://Repositorio.Ipea.Gov.Br/Bitstream/11058/9410/1/Desafios_Contemporâneos_Para_O_Exercito_Brasileiro.Pdf. Acesso Em: 15 Jan. 2026.
- [24]. Minayo, Maria Cecília De Souza. O Desafio Do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa Em Saúde. 14. Ed. São Paulo: Hucitec, 2014. Disponível Em: <Https://Pt.Scribd.Com/Document/584246427/Livro-O-Desafio-Do-Conhecimento-Atualizado-Minayo-2014>. Acesso Em: 15 Dez. 2025.
- [25]. Paraná. Polícia Militar Do Paraná. Diretriz Do Comando-Geral N. 001, De 15 De Janeiro De 1992. Emprego Dos Comandos E Operações Especiais Da Companhia De Polícia De Choque. Curitiba: Pmpr, 1992.
- [26]. Pedreira, Paulo Tarso Mascarenhas; Almeida, José Rubens Mascarenhas. Primeiro Comando Da Capital (Pcc): A Gênese Do Narcoterrorismo No Brasil. Anais Do X Colóquio Do Museu Pedagógico. 2013. Vitória Da Conquista. Uesb. Vol. 10, N. 2013.
- [27]. Pereira, Leila; Pucci, Rafael; Soares, Rodrigo. Aterrizando Na Água: Interdição Aérea, Tráfico De Drogas E Violência Na Amazônia Brasileira. São Paulo: Insper/Amazônia 2030, 2024. Disponível Em: <Https://Amazonia2030.Org.Br/Aterrizando-Na-Agua-Interdicao-Aerea-Trafico-De-Drogas-E-Violencia-Na-Amazônia-Brasileira/>. Acesso Em: 16 Dez. 2025.

- [28]. Pimentel, João Paulo Garrido. As Ameaças Das Facções Criminosas À Segurança Nacional E Boas Práticas Para O Seu Enfrentamento. 2019. Trabalho De Conclusão De Curso (Curso De Altos Estudos De Política E Estratégia) – Escola Superior De Guerra, Rio De Janeiro, 2019. Disponível Em: <Https://Repositorio.Esg.Br/Bitstream/123456789/818/1/Jo%C3%83o%20paulo%20garrido%20pimentel.Pdf>. Acesso Em: 14 Jan. 2026.
- [29]. Pontes, Rafael De Araújo De; França, Fábio Gomes De. O “Novo Cangaço” Como Modalidade Criminosa De Assaltos A Banco No Brasil: Reflexões Sobre Um Conceito? Segurança Pública Em Revista, João Pessoa, V. 1, N. 1, P. 26-59, Jul./Dez. 2023. Disponível Em: <Https://Ce.Pm.Pb.Gov.Br/Revista/Wp-Content/Uploads/2023/10/Revista-Completa.Pdf>. Acesso Em: 13 Jan. 2026.
- [30]. Racorti, Valmor Saraiva Et Al. Diretrizes Essenciais Para Identificação E Resposta A Dispositivos Explosivos Improvisados: Capacitando Os Primeiros Interventores Para Incidentes Críticos. Velho General, [S.L.], 19 Set. 2023. Disponível Em: <Https://Velhogeneral.Com.Br/2023/09/19/Diretrizes-Essenciais-Para-Identificacao-E-Resposta-A-Dispositivos-Explosivos-Improvisados-Capacitando-Os-Primeiros-Interventores-Para-incidentes-Criticos/>. Acesso Em: 13 Jan. 2026.
- [31]. Rodrigues, Lucas Barreto. Aspectos Da Violência Em Zonas De Baixo Controle Do Estado: Análise Sobre O Narcotráfico Na Amazônia Brasileira. 2021. Dissertação (Mestrado Em Ciências Militares) – Escola De Comando E Estado-Maior Do Exército, Rio De Janeiro, 2021. Disponível Em: <Https://Bdex.Eb.Mil.Br/Jspui/Bitstream/123456789/10204/1/Mo%206541%20-%20lucas%20barreto%20rodrigues.Pdf>. Acesso Em: 11 Jan. 2026.
- [32]. Sales, Paulo Victor Andrade; Januário, Jatniel Rodrigues. Gestão De Equipamentos Especializados Em Unidades Antibombas: Análise Das Deficiências De Manutenção. Revista Contemporânea, [S.L.], V. 5, N. 1, P. 1-18, 2025. Disponível Em: <Https://Doi.Org/10.56083/Rcv5n1-009>. Acesso Em: 06 Dez. 2025.
- [33]. Schelling, Thomas. What Is The Business Of Organized Crime? Journal Of Public Law, Atlanta, V. 20, N. 1, P. 71–84, 1971. Disponível Em: <Http://Pscourses.Ucsd.Edu/Ps200b/Schelling%20what%20is%20the%20business%20of%20organized%20crime.Pdf>. Acesso Em: 10 Jan. 2026.
- [34]. Souza, Wanderley Mascarenhas De. Gerenciamento De Crises: Negociação E Atuação De Grupos Especiais De Polícia Na Solução De Eventos Críticos. 1995. Monografia (Curso De Aperfeiçoamento De Oficiais) – Centro De Aperfeiçoamento E Estudos Superiores, Polícia Militar Do Estado De São Paulo, São Paulo, 1995. Disponível Em: <Https://Pt.Scribd.Com/Document/96839266/Gerenciamento-De-Crises-Cel-Mascarenhas>. Acesso Em: 12 Jan. 2026.
- [35]. Sperka Junior, Lauro. A Importância Do Tema Defesa Qbn No Desenvolvimento Das Ações Das Unidades Antibombas. Eab Scientia: A Revista Do Técnico Explosivista Policial, Curitiba, V. 1, P. 17-22, Dez. 2014. Disponível Em: Https://Www.Pmpr.Pr.Gov.Br/Sites/Default/Arquivos_Restritos/Files/Documento/2022-07/2019_-Revista_Eabs_Cientia_A_Revista_Do_Tecnico_Explosivista_Policial.Pdf. Acesso Em: 08 Jan. 2026.
- [36]. Vasconcelos, Lucas José Gayo. A Evolução, Funcionamento E Emprego Dos Artefatos Explosivos Improvisados (Aei) Nos Conflitos De 4ª Geração E Os Desafios Do Oficial Combatente De Engenharia Do Exército Brasileiro Em Atuar Nesse Contexto. 2021. Trabalho De Conclusão De Curso (Bacharelado Em Ciências Militares) – Academia Militar Das Agulhas Negras, Resende, 2021. Disponível Em: <Https://Bdex.Eb.Mil.Br/Jspui/Bitstream/123456789/9859/1/3%20cad%20gayo.Pdf>. Acesso Em: 01 Jan. 2026.